

TEORIA ECONÔMICA E PLURALISMO*

Ju Olsevic **

A ciência econômica do Ocidente

O grande número de prêmios Nobel em economia conseguidos pelo Ocidente atesta um progresso científico enorme no pós-guerra. Porém, neste período, não nasceu nem um novo Keynes nem um novo Veblen, nem um Marshall, ninguém - em suma - que possa ser associado a estes gigantes que construíram o cosmo teórico-econômico, não somente de sua galáxia mas do universo da teoria econômica.

Tudo isto determinou uma virada que mudou o caráter da ciência econômica e que têm importância também para nós na medida que demonstra a infecundidade das buscas teóricas do novo conduzidas sobre um caminho metodológico velho. Qualquer economista deve reconhecer que a nossa ciência encontra-se em uma crise profunda mas que, apesar disso, pode-se ter confiança na ciência econômica. De resto, em todo este período, também os teóricos ocidentais falaram de crise da ciência econômica e isto não impediu seu desenvolvimento. Talvez seja interessante analisar as tendências deste desenvolvimento e extrair delas alguma lição.

O que mudou na teoria econômica do Ocidente? Os economistas abandonaram a explicação monocausal dos fenômenos baseada na dedução de sistemas piramidais destinados a modelar a realidade, mas obtidos de uns poucos conceitos "fun-

damentais". Compreendeu-se que cada um destes modelos "deduzidos" sofre de unilateralidade, de uma certa rigidez que inevitavelmente entra em conflito com as tendências reais. Em segundo lugar, a contradição evidente dos postulados axiomatizados coloca em questão também a finalização das construções teóricas realizadas sobre uma base tão instável. De outro lado, o vasto rol de modelos de nível variado de generalização, que foi construído para descrever e explicar os mecanismos econômicos, acumulou um material suficiente para encaminhar uma síntese sistemática dos conhecimentos econômicos. Em outras palavras, uma síntese que não toma em consideração a origem diversa dos modelos sintetizados, a sua procedência de endereçamentos teóricos conflitantes, ou sua natureza puramente empírica. Em terceiro lugar, os economistas convenceram-se da produtividade insuficiente das pesquisas sobre os nexos permanentes e as leis eternas da economia. Mudando os recursos e as condições sociais, como também as necessidades e metas da sociedade, muitos ou todos os nexos de dependência estrutural e funcional - gerais e locais - podem se transformar e até mudar de sentido.

Vem disso a virada decisiva da ciência econômica que, a partir da dedução teórica dos sistemas, se direciona para a tarefa oposta de construir esquemas os mais próximos possíveis da realidade e da natureza e do papel de cada elemento real

do sistema, que derivam do conjunto dos nexos e do caráter de todos os elementos.

O capitalismo pós-bélico

Com que méritos os economistas obtiveram o Prêmio Nobel? Quase todos por causa de pesquisas de caráter sistêmico e sintetizador: Samuelson, pela "síntese neoclássica"; Leontev pela elaboração de um sistema de orçamento "entradas-saídas"; Friedman, pelo exame do conjunto dos fatores que determinam a demanda e a oferta da massa monetária; Tinbergen, pelos modelos de macroprevisão mundial; Kantorowicz, pela elaboração e aplicação de métodos de programação linear nos processos de otimização econômica, etc. Ninguém foi premiado por algo que lembre a "ascensão do abstrato ao concreto" ou por pesquisas sobre os fundamentos éticos ou psicológicos das leis econômicas. A virada da teoria abstrativa para uma teoria sistêmica, certamente, foi preparada pela própria ciência graças ao acúmulo de observações, teorias, contradições; mas o impulso decisivo veio das mudanças profundas da dinâmica sócio-econômica do capitalismo pós-bélico.

* Traduzido por Giovanni Menegoz de *ScienzaSocietà*, nº 52, janeiro/abril de 1992.

** Pesquisador do Instituto de Economia da Academia Russa de Ciências.

Sacudida até os fundamentos pelas catástrofes econômicas dos anos 1930-1940, empurrada pelas lutas político-sociais e obrigada a defender sua própria sobrevivência, a sociedade capitalista, após a segunda guerra mundial, empreendeu o caminho de uma transformação qualitativa.

Sacudida até os seus fundamentos pelas catástrofes econômicas dos anos 1930-1940, empurrada pelas lutas político-sociais e obrigada a defender sua própria sobrevivência, a sociedade capitalista, após a segunda guerra mundial, empreendeu o caminho de uma transformação qualitativa. O mecanismo econômico foi se transformando de anarco-monopolista-egocêntrico em mecanismo regulado, concorrencial e socializado. A transformação diz respeito tanto às reclamações externas com vista ao mercado como a própria estrutura de mercado. Os elementos novos do mecanismo econômico constituíram um sistema orgânico de regularização estatal que visava assegurar a estabilidade relativa, o desenvolvimento proporcionado e a orientação geral de um sistema de previdência social que incluísse diversos estratos sociais, uma sustentação estatal da grande, média e pequena empresa. Podemos definir "externos" estes três sistemas, porque voltados para a solução dos problemas gerais do mercado e não aqueles relativos à espontaneidade do próprio mercado.

O mecanismo interno ao mercado foi reestruturado em profundidade com a criação de garantias para a livre concorrência, permitindo aos sindicatos e às associações dos trabalhadores influir sobre a gestão das empresas com relação aos aumentos salariais e a melhoria das condições de trabalho, desenvolvendo as relações de propriedade em um arco

diferenciado que vai da nacionalização à sociedade por ações, favorecendo a autonomização da gestão empresarial da propriedade.

Por fim, os mecanismos de coordenação internacional dos sistemas nacionais, seja com relação às relações externas ao mercado, seja com relação à própria reestruturação interna do mercado, assumiram uma relevância de primeiro plano. Depois, naturalmente, foi fundamental para todos estes processos - a democratização coerente do sistema político e das relações internacionais. Assim, nasceu o sistema econômico internacional atual, fundado na interação de interesses opostos, entregue ao conflito jurídico construtivo e a um equilíbrio dinâmico. Trata-se de um sistema que mesmo não sendo harmônico e mesmo gerando problemas agudos em muitas esferas da realidade, resulta ainda assim relativamente estável e dinâmico, permitindo uma melhoria constante do nível de vida da grande maioria da população.

O desenvolvimento da ciência econômica no pós-guerra tem refletido, no Ocidente, o processo contraditório e desigual de crescimento do novo mecanismo sócio-econômico que descrevemos, e deste processo tem sido igualmente uma componente ativa. Todo endereçamento e toda teoria foi a expressão de interesses sociais específicos e contribuiu, precisamente deste modo, para a reestruturação geral da economia. A superestimação de uma teoria singular e a conseqüente unilateralidade poderiam ter tido conseqüências destrutivas somente se tivesse sido adotada como guia da prática econômica. Mas isso não aconteceu quase nunca porque a prática econômica foi de regra, no pós-guerra, o resultado de um compromisso sócio-político. Portanto, a própria unilateralidade, característica das teorias singulares no plano ideal como naquele social, acabou por desempenhar um papel positivo como elemento motor das reformas, sem todavia fixar de antemão os seus conteúdos.

A substância do processo de

reestruturação expressou desta forma um interesse nacional geral, entendido não tanto como um postulado imposto pela teoria ou pelo poder político mas, mais exatamente, originado do dinamismo balanceado de interesses diferentes constantemente comprometidos na busca de um compromisso difícil. Esta característica do desenvolvimento social, afinal, não podia influenciar a própria ciência econômica que sempre mais tem se orientado para o compromisso social e para a busca de finalidades nacionais e globais. A virada do pensamento econômico - quero destacar - não consistiu no abandono da representação de grupos sociais específicos por parte das teorias ideais específicas (estes interesses existem, como também existem os conflitos teóricos), mas na passagem de uma contraposição pura para um espírito de compromisso baseado no "consenso". Vem disso a prioridade assumida pelas teorias sistêmicas e sintetizadoras com relação às teorias puramente analíticas e "genéticas".

Ciência econômica e ideologias

Se considerarmos esta virada e, ao mesmo tempo, o aguçamento inevitável das contradições internas às teorias singulares prensadas entre interesses sociais específicos e interesses nacionais e humanos gerais, poderemos compreender as "excitações" que se manifestaram nos decênios do pós-guerra no Ocidente acerca da relação entre ciência econômica e ideologia. Entre o final dos anos 40 e início dos 60 difundiu-se a idéia de que a ciência econômica ia se "desideologizando" e se tornava um instrumento de conhecimento neutro do ponto de vista sócio-político. Mas já no final dos anos 60 adverte-se para um recrudescimento claro dos conflitos sociais na maior parte dos países evoluídos do Ocidente, de modo que a teoria da desideologização é substituída por aquela da "reideologização" que domina os anos 70 e 80. Enquanto que o keynesianismo tinha se afirmado sob o signo da desideologização, a *reconquista*

Enquanto que antes da guerra tinha havido com relação à obra de Marx uma reação "total" de rejeição "total", no pós-guerra o pensamento ocidental procurou assimilar e reelaborar praticamente toda a herança marxiana e, sobretudo, a abordagem sistêmico-funcional de Marx aos fenômenos econômicos (diferentemente do que diz respeito à abordagem genético-causal).

neoconservadora se desenvolvia sob o signo do reaganismo e do tatcherismo, isto é, sob um signo claramente ideologizado.

Mas a ciência econômica pode ou não pode se libertar do jugo da dependência ideológica (e política)?

Na ciência ocidental mantêm-se o debate entre aqueles que, na esteira de Merton, consideram a ciência parte de um ethos social livre de interesses sociais e egoístas, e os defensores da "teoria das revoluções estruturais" de Kuhn, para os quais todo paradigma científico é um objeto disputado por interesses sociais específicos. A teoria da "finalização da ciência" formulada nos anos 70 é uma teoria de compromisso segundo a qual os interesses sociais tendem a prevalecer sobre os interesses da verdade, em sua fase conclusiva, quando a teoria está "madura" e é amplamente aplicada pela prática.

A experiência do pós-guerra demonstra que a separação abstrata dos interesses sócio-políticos é impossível e nociva para qualquer teoria singular. Na medida em que o cientista descobre regularidades objetivas, ele opera fora das ideologias, mas quando procura interpretar os dados que levantou, e tanto mais quando os utiliza para indicações práticas, ele é, inevitavelmente, uma parte de seu ambiente social. Há uma

só maneira de excluir a influência deformadora de tudo isso: é criar, na ciência, as condições de uma competição ampla, impedindo qualquer monopólio científico. E há uma só maneira de superar a dependência ideológica e sócio-política das diversas propostas práticas: considerar cada uma delas no contexto de uma busca democraticamente organizada do compromisso social e de um dinamismo balanceado dos interesses.

Monismo no acaso

À base desta passagem do espírito de confronto para o espírito do compromisso está a compreensão do fato que o aumento constante do "bolo nacional" pode dar a cada grupo social muito mais do que ele pode extrair de uma distribuição feita à custa dos outros grupos. Uma redistribuição feita à custa de uma parte social cria um estado de tensão que quebra o próprio mecanismo de crescimento, única fonte do bem-estar.

Naturalmente, esta compreensão não é suficiente, por si só, para eliminar a contraposição: são necessários pressupostos materiais e garantias sócio-políticas tanto do crescimento econômico quanto da distribuição justa. O sistema econômico que foi constituído no Ocidente, durante o pós-guerra, não pode ser deduzido de um único princípio: nem da lei do valor, nem do princípio de propriedade, nem do princípio de racionalidade, nem do princípio de justiça. Não pode ser pensado nem como o resultado de um tipo particular de tecnologia ou psicologia. Tentativas de alcançar um sistema sócio-econômico mediante a aplicação de um princípio único (por exemplo, do princípio de propriedade de todo o povo) fracassaram também nos países socialistas. Portanto, é preciso constatar que fracassou precisamente aquele método unilateral que dominou o Ocidente e o Leste durante um século e meio. Estamos falando de um malogro prático, e não está afastada a possibilidade de que a um nível teórico mais alto e em uma

outra época também a autoridade de um método monista possa adquirir talvez bases novas.

A teoria econômica de Marx influenciou o pensamento ocidental do pós-guerra? Certamente, e muito. Não porém aquele aspecto da teoria econômica marxiana que em nossa literatura temos absolutizado e apresentado como "marxismo verdadeiro". A influência exercitada pelo marxismo foi atestada da forma clara na convenção, que em 1967, foi dedicada nos Estados Unidos ao centenário de *O Capital*, cujos relatores principais foram Leontev, Samuelson e outros teóricos famosos. Enquanto que antes da guerra tinha havido com relação à obra de Marx uma reação "total" de rejeição "total", no pós-guerra o pensamento ocidental procurou assimilar e reelaborar praticamente toda a herança marxiana e, sobretudo, a abordagem sistêmico-funcional de Marx aos fenômenos econômicos (diferentemente do que diz respeito à abordagem genético-causal). Deve-se considerar que esta escolha obedece a uma fundamentação, apesar do problema da estrutura "dupla" da teoria marxiana permanecer um problema complexo sobre o qual não é possível discutir aqui.

Como os teóricos explicam habitualmente a não correspondência entre a sua abordagem não monista e a construção de sistemas reais? Podemos indicar algumas variantes. A primeira argumenta que há uma intervenção de fatores secundários que provocam uma alteração do quadro "puro", de modo que a teoria deveria ajudar a separar o joio do trigo, as deformações das bases do sistema. Esta é a variante defendida pelos epígonos da "ciência clássica" nos dois ramos "ocidental" e "oriental". Uma segunda argumenta que o sistema econômico se compõe de partes diversas, das quais a principal cai sob a ação da teoria monista, enquanto que as outras podem ser explicadas pela casualidade histórica, isto é, como produto secundário da "parte principal". Uma terceira variante argumenta que a teoria monista nos explica como governa-

O sistema econômico que foi constituído no Ocidente, durante o pós-guerra, não pode ser deduzido de um único princípio: nem da lei do valor, nem do princípio de propriedade, nem do princípio de racionalidade, nem do princípio de justiça.

mos o sistema econômico de maneira racional, enquanto que os erros tornam impossível uma explicação lógica. Uma quarta variante afirma que tudo o que não pode se explicar pela teoria depende de "elementos extra-sistêmicos".

Enfim, a teoria econômica contemporânea inclui elementos diversos e é chamada a satisfazer contextualmente necessidades diversas, utilizando para este fim instrumentos e funções diversas. Procurar em um sistema como este, portanto, uma "substância" qualquer, única e comum, é como procurar o flogisto ou o éter. Se nestes sistemas subsistem leis gerais, estas devem ainda ser individualizadas.

O vintênio keynesiano

A compreensão lógica da reestruturação, no pós-guerra, do sistema econômico ocidental fornece a chave para a compreensão da história do pensamento econômico destes países no pós-guerra. Esta lógica explica antes de mais nada o desenvolvimento rápido e os vinte anos de predomínio do keynesianismo em todas suas manifestações: modelos de crescimento, ciclos, emprego, salários, etc. A teoria keynesiana é - como se sabe - uma teoria de produção capitalista regulamentada pelo Estado através do orçamento e do crédito. A criação rápida de um mecanismo de sustentação do emprego a nível nacional e internacional foi, naquele então, uma questão de vida ou de morte para o Ocidente. E o mérito histórico do keynesianismo

foi precisamente o de ter fornecido a base teórica e os instrumentos práticos para assegurar, com o orçamento e o crédito, a estabilidade do crescimento econômico. Deste modo, foi superado o perigo do subemprego e também foi assegurado o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, o keynesianismo resolveu o problema da segurança econômica pondo fim à ameaça de uma desagregação geral dos nexos econômicos, que na economia de mercado surge da insuficiência crônica da demanda efetiva em termos monetários. Na economia russa atual, a desagregação depende do efeito em cadeia vindo do déficit e multiplicado pela erosão que a inflação determina nos caixas da receita. Mesmo que em formas diversas, não há dúvida, portanto, que o problema de segurança econômica, isto é, o problema de se evitar a desagregação da economia, é a função primária de qualquer sistema.

O problema da segurança da empresa está ligado com o da segurança econômica a nível macroscópico. O fracasso da empresa, como fenômeno econômico, apresenta dois aspectos: de um lado, ele é manifestação do dinamismo do mercado, de outro, é uma ameaça que graça sobre todas as outras empresas (fornecedores, compradores, credores bancários) e que põe em perigo o próprio sistema de concorrência, constituindo desta maneira uma ameaça social. Portanto, o sistema da sustentação pública e privada da empresa (ajuda financeira, controle, reestruturação) constitui um elemento necessário da segurança econômica. Tudo isso é objeto de estudo da teoria da empresa que, naturalmente, ocupa-se também de muitos outros problemas relativos à função e às finalidades da empresa, alheios à teoria keynesiana.

Da mesma forma alheios à teoria keynesiana são também os problemas relativos à segurança dos indivíduos. A solução macroeconômica do problema do emprego e das rendas não resolve os problemas da segurança social das assim chamadas "camadas sociais fracas" (aposentados, estudantes, menores, inválidos, etc.) e nem aqueles relaciona-

dos com o desemprego estrutural, com a ecologia e, em geral, com o conjunto das necessidades e da assistência social. A criação de um sistema geral de segurança social baseia-se, antes de mais nada, nos investimentos especiais efetuados pelo Estado, empresários e trabalhadores. Em alguns países, estes fundos assumiram uma posição central e transformaram o caráter global do sistema econômico.

Além dos problemas de segurança econômica e social, há aquele da eficiência econômica. A busca da eficiência pode destruir a economia, como aconteceu nos Estados Unidos, entre 1929 e 1933, e como está acontecendo agora na ex-URSS e na Europa Ocidental, mas a existência de relações econômicas estáveis é um pressuposto, mesmo que não seja uma garantia, da eficiência. Na economia complexa de hoje, baseada na troca, a eficiência é, antes de mais nada, assegurada pela concorrência de mercado e, por isso, ela ocupa um lugar essencial no endereçamento neoliberal atual, ao lado das teorias nekeynesianas da macrorregulação. O liberalismo do pós-guerra diferencia-se do anterior, precisamente porque considera que o mercado concorrencial não é produto do jogo espontâneo das forças econômicas. Este jogo conduz não à concorrência, mas ao monopólio e aos seus antagonismos sociais. Portanto, a teoria da "economia de mercado" supõe uma estruturação consciente do mecanismo concorrencial, através de uma legislação rigorosa, uma política econômica e garantias sociais e trabalhistas.

O problema da propriedade

No pós-guerra, também, aconteceu uma revisão da noção de propriedade e dos seus nexos com o mecanismo do mercado. A propriedade dos meios de produção passa a ser considerada não a base "natural" de uma gestão eficiente da empresa, mas um dos principais instrumentos de controle e condição de uma circu-

lação livre do capital. A comparação entre as diversas formas de propriedade - propriedade privada, acionária, estatal, cooperativa - e a sua conexão desejável é conduzida, fundamentalmente, sob o ponto de vista da eficiência do mecanismo econômico em seu todo, no contexto de uma estrutura nacional determinada e tendo as necessidades e as condições sociais existentes.

Em relação estreita com o problema da propriedade se põe, também, o do poder econômico efetivo: como se distribui o poder no novo mecanismo socializado de mercado, quem toma as decisões, quem define o contexto decisional, do ponto de vista legislativo, político-econômico, administrativo e do crédito. E qual deve ser o peso efetivo da propriedade, da administração empresarial e dos sindicatos.

Deve-se observar que os problemas relativos à propriedade não são tratados de maneira separada e autônoma pelo neoliberalismo e pelo neokeynesiano. Também, Keynes e os seus seguidores tinham aceito o princípio da segurança econômica e, portanto, a possibilidade de nacionalizações, enquanto que os teóricos do neoliberalismo tiveram que enfrentar o problema difícil da relação entre eficiência, concentração produtiva e concentração proprietária. O critério central é o de livre concorrência: uma concentração elevada é admissível quanto mais o mercado interno passa a se abrir para os concorrentes internacionais. Com relação à propriedade, é preciso favorecer sua difusão como condição de livre concorrência no mercado dos recursos, porque, sem isso, não pode existir um mercado eficiente de mercadorias e serviços. Mas, no Ocidente dispõe de recursos reais quem tem acesso aos recursos financeiros; portanto, a liberdade de concorrência nos mercados financeiros é um pressuposto necessário do mercado concorrencial de mercadorias e serviços. A difusão do capital acionário é o resultado natural da concorrência nos mercados financeiros e, ao mesmo tempo, um de seus pressupostos.

A revolução gerencial e os sindicatos

A concepção da "revolução dos gerentes", refletindo a modificação qualitativa da posição que os gerentes assumiram com relação aos proprietários, tem manifestado variantes as mais diversas. Os gerentes deixaram de ser pessoal assalariado, executores da vontade dos proprietários. De um lado, eles foram integrados entre os grandes acionistas, de outro, cresceu claramente sua autonomia com relação aos outros proprietários. Isso determinou mudanças na estrutura do capital acionário e a necessidade de uma formulação mais ampla das finalidades da empresa, de uma política técnica e social flexível e de um envolvimento do pessoal na gestão.

Um segundo elemento essencial de modificação do mecanismo de mercado são as novas relações internas da empresa. Não se trata, absolutamente, de passar da luta de classe para a colaboração de classe, mas do fato que o conflito entre os interesses tem adquirido formas jurídicas na base de compromissos legislativos e isso tem reduzido ao mínimo o choque violento nas relações econômicas.

Muitas teorias econômicas consideram os sindicatos como uma força monopolista "antimercantil", mas outras confiam a eles o papel de "força igualadora". De fato, a influência exercida pelos sindicatos "dentro" da empresa é uma componente do mecanismo atual de mercado, tão essencial como a influência exercida "de fora" por parte da concorrência. Esta dupla pressão sobre a gestão da empresa tem bloqueado, precisamente, tanto a via do aumento dos preços como a da redução dos salários: ficou aberta somente a via do progresso técnico-científico. O grande desenvolvimento provocado pelo progresso técnico-científico, que desaguou depois em uma verdadeira e própria revolução técnico-científica, pode ser considerado, portanto, como o produto do novo mecanismo econômico que se formou no Ocidente.

Tudo isso confirma que qualquer endereçamento teórico do pensamento do pós-guerra deu expressão a aspectos essenciais do novo mecanismo econômico em construção e contribuiu para desenvolvê-lo, mesmo se, como já se disse, o processo foi desigual, complicado e pontuado pela luta entre interesses sócio-econômicos contrapostos que se refletiram em choques teóricos. Os contrastes foram particularmente fortes no final dos anos 60 e nos anos 70, quando o mundo atravessou dificuldades graves aguçadas por fatores externos, como a guerra do Vietnã e a crise do petróleo. Em uma série de países houve uma diminuição da eficiência produtiva, um afrouxamento do progresso técnico-econômico, um aumento do desemprego, que acompanharam a inflação, a crise da escola, da saúde, da habitação, ao mesmo tempo que se acentuava a militarização da economia. Neste contexto, o problema das finalidades do mecanismo econômico, sobretudo das formas "neokeynesianas" de planificação econômica e social, foi colocado novamente em questão. Os expoentes da linha sociológico-institucional e a ala de esquerda do keynesianismo propuseram, no plano teórico, uma nova onda de reformas, novo fortalecimento da intervenção estatal, com abertura para métodos de programação, cooperação e nacionalização parcial.

Os teóricos do "neoconservadorismo" apoiaram-se, ao contrário, nas tradições neoclássicas e pediram reformas de sinal oposto: uma orientação antikeynesiana que "desmontasse" o sistema de intervenção estatal, desmobilizasse os programas sociais e privatizasse a propriedade estatal e municipal.

O neoconservadorismo

Dados os problemas sócio-econômicos que lembramos antes, se poderia ter previsto a vitória da primeira linha. Venceu, ao contrário, entre os anos 70 e 80, o neoconservadorismo, e se tratou de uma vitória tão desmedida que o keynesianismo

E o mérito histórico do keynesianismo foi precisamente o de ter fornecido a base teórica e os instrumentos práticos para assegurar, com o orçamento e o crédito, a estabilidade do crescimento econômico.

não somente deixou de ser a teoria dominante mas, em geral, no decorrer dos anos 80, saiu completamente de cena. Esta foi uma lição histórica que deve ser meditada a fundo. Enquanto que no primeiro pós-guerra o Ocidente tinha rejeitado claramente a doutrina livre cambista e passava a trilhar, de forma corajosa, a via da regulamentação, agora ele se voltava, também de maneira decidida, pelo caminho oposto. E em todos os dois casos, tendo em conta endereçamentos contrastantes do pensamento científico, mostrava quanto é importante “não quebrar todos os ovos da cesta”, como é importante cultivar todas as escolas científicas, por mais opostas que sejam as conclusões.

Por que o conservadorismo venceu? Porque, conforme seus defensores, “a teoria neoclássica é forte porque é justa”. Mas a mesma afirmação tinha sido feita também pelos neokeynesianos, trinta ou quarenta anos atrás, repetindo o refrão de todas as teorias (e de todas as religiões). Na realidade, qualquer teoria social é unilateral e restrita e, portanto, por alguns aspectos errada e, por outros, certa. O sucesso de uma teoria econômica não depende tanto dela, depende mais de sua relação com a realidade em mudança e com a direção que esta mudança toma. As formas atuais da teoria neoclássica (monetarismo, teoria da oferta, etc) venceram as keynesianas não porque se baseiem em axiomas justos, mas porque o curso do desenvolvimento econômico mudou de rumo.

O que aconteceu? Podemos indicar diversas causas da mudança. O mecanismo econômico, descrito antes, criou, também, as condições de um crescimento longo e estável das rendas de grandes camadas da população e um aumento das necessidades de massa em direção a níveis qualitativamente novos. Ao mesmo tempo, a necessidade de uma sustentação estatal, permanente, da “demanda efetiva” de mercadorias e investimentos se enfraqueceu. Portanto, caiu por terra o argumento principal dos keynesianos a favor de uma planificação mais intensa, através do orçamento e crédito.

Um amplo crescimento dos sistemas (eletro-energético, transportes, comunicações, informática, bens de produção no setor petroquímico, hidrico, etc) criou a base de uma pequena indústria, eficiente em todas as esferas da economia e, portanto, um descongestionamento da produção. Aliado a uma crescente expansão da esfera de serviços, tudo isso conferiu um domínio absoluto à pequena e média produção, tanto com relação ao número de dependentes, quanto pela influência sobre a produção da renda nacional dos países mais fortes. As forças da concorrência de mercado cresceram enormemente, ao mesmo tempo que se enfraqueceram as tendências monopolistas.

Mudou, também, o caráter do progresso técnico-científico que invadiu, praticamente, todos os setores nas suas áreas mais diversas, ao mesmo tempo que a informática permitiu uma grande redistribuição dos centros de decisão. Tudo isso focalizou, de maneira nova, a velha questão da correlação ótima entre controle estatal e espontaneidade das forças de mercado. É evidente que uma intervenção estatal mais forte determina, em um certo momento, uma queda da eficiência do mecanismo de mercado e, portanto, um processo de desagregação. Se em seu tempo o keynesianismo demonstrou que um vazio de controle conduz à autodesagregação do mercado, mérito dos conservadores foi ter indicado o momento de um novo controle. Impos-

tos altos deprimem os estímulos ao trabalho e o risco empresarial, programas sociais exagerados criam uma atmosfera de apatia e passividade, ao mesmo tempo que a sustentação da demanda efetiva gera inflação, aumento dos salários e, por fim, redução (e não incremento) da demanda de força-de-trabalho. Deste modo, a receita keynesiana gerou a *estagnação* que atingiu todas as estruturas econômicas e sociais.

A solução dos grandes problemas (necessidades sociais, miséria, desemprego), assinalados corretamente pelos institucionalistas e keynesianos radicais, agora é buscada pelos neoconservadores no sentido das regras de mercado, oferecendo às “camadas fracas”, não mais em crescimento, quantias de dinheiro não ganho e serviços gratuitos, mas ajudando quem é apto fisicamente a ganhar para prover as suas necessidades.

O peso dos sistemas de regulação econômica é um dado incontestável, mas teoricamente ele foi descoberto precisamente quando a necessidade (e a possibilidade) de ampliar o mercado se impôs com força. Por isso, a derrota do keynesianismo apareceu desastrosa e por isso os projetos reformistas dos institucionalistas vieram à tona. Em conclusão, as mudanças que se verificaram nos anos 80 e os progressos reais registrados pelo mecanismo econômico no Ocidente ficaram aquém das mudanças que se produziram no pensamento econômico: aqueles mecanismos conservaram validade, mas se tornaram mais elásticos e móveis. A natureza de um mecanismo como este não pode ser explicada no plano de uma única teoria, quer se trate do neokeynesianismo, do neoconservadorismo, do institucionalismo ou do marxismo. Nos Estados Unidos a regulação da economia tem se orientado, principalmente, no sentido de evitar flutuações cíclicas, enquanto que a regulação social tem se dirigido para programas amplos de orçamento. Ao mesmo tempo, a economia norte-americana, muito mais que outras economias capitalistas, de-

Os teóricos do "neoconservadorismo" apoiaram-se, ao contrário, nas tradições neoclássicas e pediram reformas de sinal oposto: uma orientação antikeynesiana que "desmontasse" o sistema de intervenção estatal, desmobilizasse os programas sociais e privatizasse a propriedade estatal e municipal.

pende dos estímulos de mercado e da mobilidade interna dos recursos, de modo que se inclina a reagir de imediato e duramente aos defeitos característicos da intervenção reguladora. Na maioria dos Estados ocidentais europeus, no início, deu-se um impulso em direção às nacionalizações nos setores chaves da economia, aos programas de modernização, à regulamentação dos preços e das rendas, a um sistema ramificado de seguro social com participação sindical, à sustentação da cooperação entre pequenas empresas. O corretivo neoconservador, sobretudo nos Estados Unidos, consistiu na recusa de uma forte política anticíclica e em uma política de redução dos impostos; na

Europa Ocidental consistiu na desnacionalização e privatização de grande parte da propriedade pública e na amortização dos limites externos impostos ao mercado. No que diz respeito ao Japão, o sistema de regulamentação da economia apoiava-se em uma forte política estrutural de desenvolvimento a médio e a longo prazo, também, no mercado mundial e não sofreu mudanças consideráveis.

Tendências atuais

A tendência atual da teoria econômica ocidental é a de deslocar o centro da pesquisa dos problemas da regulamentação econômica para os problemas de funcionamento do mercado. Os neoconservadores concentram a atenção sobretudo em como liberar as forças espontâneas do mercado dos vínculos que as bloqueiam e deformam. Eles se opuseram à utilização, para finalidades anticíclicas, dos dois principais instrumentos - orçamento e crédito - e os monetaristas contestaram a tese keynesiana do uso do crédito bancário e da massa monetária para sustentar a conjuntura. A teoria da oferta criticou, por fim, o recurso aos impostos altos e aos investimentos via orçamento. Os adversários do neoconservadorismo, ao contrário, concentraram seus esforços no estudo dos atores do mercado para demonstrar que o "caráter

incompleto" e a fraqueza do mercado e sua incapacidade de auto-regulamentação não são o resultado de barreiras "externas", mas derivam da própria natureza dos sujeitos do mercado e dos problemas econômicos contemporâneos: desenvolvimento dos sistemas, superação da crise econômica, aumento da qualidade da vida, satisfação das necessidades sociais. Também se elabora uma nova abordagem dos problemas de gestão da economia com a teoria original do mercado político na qual os programas de regulamentação social são objeto de um compromisso entre as partes, com vista a uma otimização dos ganhos e perdas. Os adversários do neoconservadorismo esperam elaborar um paradigma teórico precisamente estudando o tecido social real das relações, das finalidades e das necessidades econômicas.

Quem vencerá o novo confronto? Os "fundamentalistas" do mercado, em luta contra as "deformações" às quais é submetida a ordem natural, ou os defensores da criação de uma nova teoria econômica "vital"? A resposta não virá do automovimento das teorias, mas dos novos progressos da técnica, dos comportamentos humanos e suas motivações, das reais estruturas sociais da economia. O pensamento econômico é um livro inacabado cujo objeto está carregado de novidades, mas cujo futuro não será pré-estabelecido.